

ENTRE LOUCOS E FRACOS: Jânio Quadros e João Goulart em livros didáticos de história (1973-2006)

Mateus H. F. Pereira*
Andreza C. I. Pereira**

Resumo: Neste artigo procuramos analisar algumas representações acerca das figuras de Jânio Quadros e João Goulart construídas por autores de livros didáticos de História produzidos no Brasil no período de 1973 a 2006, utilizando “acontecimento” como categoria de análise. Analisamos 60 livros didáticos de 30 autores diferentes e percebemos a presença de assertivas pouco (ou nada) problematizadas nos discursos didáticos acerca dessas figuras históricas. De algum modo, o Golpe Militar é explicado, também, pelo “caráter” imprevisível e particularista de Jânio Quadros e pela “personalidade” dúbia e fraca de João Goulart. Pretende-se, portanto, compreender e explicar as metamorfoses e permanências que as representações desses dois sujeitos sofreram na memória histórica, por meio da história ensinada pelos livros didáticos.

Palavras-Chave: Jânio Quadros. João Goulart. Evento/Acontecimento. Livro Didático.

Abstract: This article intends to analyze some representations among of Jânio Quadros and João Goulart figures taken by didactics History books produced in Brazil in the period between 1973 and 2006, using the category of event. We analyzed 60 didactics books of 30 different authors. In our research we realize the presence of statements that were not well worked in the didactics discusses among of Jânio Quadros and João Goulart figures. In some way the Brazilian military coup is explained, also, by the unpredictable and particularistic “character” of Jânio Quadros and by the dubious and weak “personality” of Jango Goulart. Therefore, we intend to comprehend and explain the metamorphosis and permanence that the representations of Quadros and Jango occurred in the history memory through the history taught by the didactics books.

* Professor Doutor da UEMG/FUNEDI (Divinópolis). E-mail: mateus@fafich.ufmg.br.

** Aluna do Curso de Licenciatura em História, na UEMG/FUNEDI e bolsista FAPEMIG; andreza_ivo@yahoo.com.br. Esse artigo é resultado do Projeto, financiado pela FAPEMIG, *Evento, Livros Didáticos e Representações*. Agradecemos os comentários e sugestões de Miriam Hermeto e Juliana Melo.

Key words: Jânio Quadros. João Goulart. Event. Dictat Books.

Neste artigo, pretendemos problematizar algumas das representações realizadas pelos autores de Livros Didáticos de história acerca de dois sujeitos históricos do golpe de 1964: Jânio Quadros e João Goulart. Acreditamos que personagens como esses, que se destacam nos processos históricos, não podem ser ignorados pela historiografia e pelas reflexões sobre ensino de história, sobretudo em nosso país que possui “uma tradição de política personalista.”¹ Nesse sentido, procura-se pensar a forma como esses dois atores históricos singulares são representados por 60 livros didáticos, de 30 autores.²

Biografia, acontecimento e história: relações tensas

Segundo Benito Besso Schmidt, a recuperação dos sujeitos individuais, de certa forma, pode ser vista como uma tentativa de reagir aos enfoques estruturalistas, que se encontram desencarnados de “humanidade”. É necessário pensarmos que “resgate de trajetórias individuais normalmente é utilizado para iluminar questões e/ou contextos mais amplos”³. Em história, a tentativa de desvendar os múltiplos fios que parecem ligar o indivíduo ao seu contexto, é a preocupação central da biografia.

Para Pierre Bourdieu, o relato biográfico tende, ou pretende, organizar-se em seqüências que se encontrarão ordenadas segundo relações inteligíveis. Na biografia, o sujeito e o objeto possuem “de certa forma o mesmo interesse em aceitar o *postulado de sentido da existência* narrada”⁴. Desse modo, para o sociólogo há alguns problemas epistemológicos sérios que constituem a “ilusão biográfica”, pois se trataria de atribuir sentido, caminho, lógica e cronologia à

¹ Maria Helena Capelato. Citada por BORGES. *Historiografia brasileira em perspectiva*, São Paulo: Contexto, 1998, p.440. Ainda sobre essa questão, Vavy Borges Pacheco afirmou: “a história pelas grandes figuras está há décadas proscrita na universidade; entretanto, com a reafirmação recente do papel do indivíduo na sociedade, os historiadores da política voltaram a se preocupar com o papel que os grandes personagens tiveram, têm e provavelmente sempre terão na política; suas ações, se não explicam a história toda, têm nela um peso muito significativo que cabe ao historiador aquilatar”. In: BORGES. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, São Paulo: Contexto, 1998, p.159-160.

² Essa é a quantidade de livros que foi possível encontrar na Biblioteca Municipal de Divinópolis (MG).

³ SCHMIDT. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, 1997, p.14. Sobre essa questão, ver, também, DOSSE, F. *Império dos sentidos: a humanização das Ciências Humanas*. São Paulo: EDUSC, 2003.

⁴ BOURDIEU. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. e Amado, J. *Usos e abusos da história oral*, Rio de Janeiro: FGV, 1998, p.184.

vida. Mesmo ciente dessas armadilhas e que “a fronteira que separa a biografia da história sempre foi bastante imprecisa”⁵, os historiadores têm buscado pensar a forma como as trajetórias individuais e os seus contextos se articulam, como uma via de mão dupla.

Sabina Loriga⁶ afirma que o enunciado biográfico, diferente do que muitos pensam, não tende sempre para uma forma tradicional da biografia. Cabe à história buscar reconstituir o tecido social e cultural mais amplo. Para a autora, com a biografia, gênero literário, a situação é diferente: ela tem como base, em geral, a unicidade de uma existência. É a partir de diferentes movimentos individuais, que se torna possível o rompimento das homogeneidades aparentes, revelando assim os conflitos que precederam à formação das práticas culturais. De acordo com Loriga, o estudo do passado ainda privilegia a concepção aritmética do indivíduo, na qual o homem tem apenas duas opções: “desempenhar o papel de um ser consciente e coerente ou então o de um peão no tabuleiro de xadrez da necessidade”⁷. Os indivíduos que hoje povoam os livros de história não são tão ilustres quanto seus ancestrais do século XIX, porém também são prisioneiros de uma mesma unidade de sentido “fictícia”, pois ambos compartilham o destino aritmético.

Em grande medida, essa nova forma de pensar os indivíduos aponta para a mesma direção das modificações da História Política. Para René Rémond, por exemplo, a “antiga” forma de escrever a História do político era a própria imagem e o exemplo perfeito da História dita factual, “acontecimental” (ou *événementielle*), pois ficaria na superfície, esquecendo-se de vincular os acontecimentos às suas “causas profundas”. A história dos fatos políticos se mostrava, então, como uma história do efêmero, do instante e dos grandes personagens. Ignorava-se a pluralidade dos ritmos que caracterizam a História Política. A nova forma de escrever essa história deveria, assim, inserir o político no jogo da continuidade e da mudança.⁸

Nessa direção, os atuais parâmetros curriculares de história contrapõem duas formas de abordagem dos sujeitos históricos. A primeira, que poderia ser chamada de tradicional, pensa que a história pode ser percebida como dependente

⁵ LORIGA, S. A biografia como um problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p.225.

⁶ *Ibidem*. Para François Dosse, a escrita biográfica se tornou um excelente campo de experimentação para o historiador, que pode pensar sobre o caráter ambivalente da epistemologia da história, nem ciência, nem ficção. Há um jogo, um hibridismo, uma troca entre a identidade literária e científica do texto histórico. Ver, DOSSE, F. *Le Pari biographique : écrire une vie*. Paris : La Découverte, 2005.

⁷ *Ibidem*, p. 245.

⁸ Ver RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

dos destinos de poucos atores, de ações independentes e de vontades individuais das elites, em detrimento da dimensão coletiva das ações e lutas. Desse modo, os indivíduos podem ser estudados, em uma segunda abordagem, inseridos em uma rede social, contextualizados. Os sujeitos, assim, não seriam apenas os heróis e grandes personagens, mas também os trabalhadores, patrões, escravos, camponeses, crianças, mulheres, dentre outros.⁹

No que se refere ao acontecimento, iniciamos a reflexão por Michel Foucault: “pensar o acontecimento puro é provê-lo, em primeiro lugar, da sua metafísica”¹⁰. Os acontecimentos não pertencem às causas, eles precisam de uma lógica mais complexa que deve ser ternária, “tradicionalmente centrada no referente, por um jogo de quatro termos”¹¹. O sentido-acontecimento será neutro, pois ele é o interminável, e não o término. O sentido-acontecimento é ao mesmo tempo “a ponta deslocada do presente” e “a eterna repetição do infinito”¹². Não tendo “corpo material”, o acontecimento se encontra preso pelo verbo.

De acordo com Foucault, recentemente houve três tentativas de pensar o acontecimento: o neopositivismo, a fenomenologia e a filosofia da história. O neopositivismo converteu o acontecimento em um processo material; a fenomenologia “deslocou o acontecimento em relação ao sentido”¹³, ou seja, o sentido não existia na hora do acontecimento; e a filosofia da história encerrou o acontecimento no ciclo do tempo. Segundo Foucault, essas três abordagens não conseguiram apreender o acontecimento em sua completude e, a respeito disso, Gilles Deleuze, em *Lógica do Sentido*, propõe

uma metafísica do acontecimento, corporal (irreduzível, pois, a uma física do mundo), uma lógica do sentido neutro (em vez de uma fenomenologia das significações e do sujeito), um pensamento do presente infinito (e não o relevo do futuro conceptual na essência do passado).¹⁴

Para Deleuze, o sentido é o brilho do acontecimento e não o que acontece (acidente), “ele é no que acontece o puro expresso que nos dá sinal e nos espera”¹⁵.

⁹ BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais, 1998.

¹⁰ FOUCAULT, M. Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud e Marx. *Theatrum Philosophicum*, 2. ed.. São Paulo: Landy, 2005, p.86.

¹¹ *Ibidem*, p.87.

¹² *Ibidem*, p. 89.

¹³ *Ibidem*, p.90.

¹⁴ *Ibidem*, p.91. Sobre o pensamento de Michel Foucault e a noção de acontecimento, ver CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo Social*. Revista de Sociologia USP, São Paulo, v. 1-2, n. 7, 1995, p.57-58.

¹⁵ DELEUZE. Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.152.

Ele deve ser aquilo que é compreendido, querido, desejado, e representado no que acontece. Deve-se então “tornar-se digno daquilo que nos ocorre, por conseguinte, querer e capturar o acontecimento, tornar-se o filho de seus próprios acontecimentos e por aí renascer, refazer para si mesmo um nascimento, rompe com seu nascimento de carne”¹⁶. Tornamo-nos, então, filhos de nossos acontecimentos, e não de nossas obras, pois elas são produzidas por nós, filhos do acontecimento.

A linguagem é fundamentada pelos acontecimentos puros, que só adquirem a existência pura, impensada, singular e pré-individual quando são exprimidos pela linguagem. “É o sentido que faz existir o que exprime e, pura insistência, se faz desde então existir no que o exprime”¹⁷. É a fronteira que separa as coisas e os corpos da linguagem, que a torna possível. É por isso que a linguagem não cessa de nascer. Em última instância, os acontecimentos é que tornam possível a linguagem, o que significa “fazer com que os sons não se confundam com as qualidades sonoras das coisas, com o burburinho dos corpos, com suas ações e paixões”¹⁸.

Michel Foucault e Gilles Deleuze propõem que estudemos os acontecimentos por eles mesmos, sem procurar aprisioná-los na curta duração ou na estrutura¹⁹. Desse modo, por que devemos estudar o acontecimento nas durações históricas, curta, média, longa, sincrônica e diacrônica? Porque, ao ser transformado em linguagem – e, portanto, ao existir “de fato” –, o acontecimento se transmuta em muitos, sendo ao mesmo tempo um. O evento ganha significados diversos e se materializa em novas obras dos filhos dele próprio, o acontecimento. A ação individual e a “acontecimental”, portanto, não devem ser descartadas de um quadro de análise mais complexo para pensar a relação entre “a contingência dos eventos e a recorrência das estruturas”²⁰.

Jânio Quadros e João Goulart: ações individuais e contextos históricos

De acordo com Maria Benevides, Jânio Quadros, apesar de ser apresentado como um exemplo do brasileiro político carismático, não passa de uma caricatura do carisma. Segundo a autora, ele era um histrião, possuindo um carisma da máscara que não passava de falso carisma. Quadros fazia uso de uma demagogia

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*, p.171.

¹⁸ *Ibidem*, p.187.

¹⁹ Ver também DOSSE, F. *Império dos sentidos: a humanização das Ciências Humanas*. São Paulo: EDUSC, 2003 e KOSELLECK, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

²⁰ SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p.14.

teatral em sua atuação, marcada por contradições e ambigüidades acima do “normal”, concedido a qualquer governante. Uma dessas contradições era “a intrigante conjugação entre a defesa ativa de uma política externa ‘de grandeza’ e a adoção de um estilo provinciano e mesquinho no trato da coisa pública”²¹. Sua política dos bilhetinhos revela um autoritarismo de um governo burocrático personificado.

Segundo Benevides, “o estilo autoritário, moralista e extremamente personificado de Jânio Quadros evocava um ‘populismo de direita’ – militarista, antiparlamentar e associado ao grande capital”, que era dirigido “a todas as classes, ao conjunto da nação”, terminando “por diluir o próprio significado de povo e de massa”²², diferentemente do populismo expresso nos governos Getúlio Vargas (1950-1954) e João Goulart (1961-1964).

Jânio Quadros tomou posse em janeiro de 1961 (vencendo, com 5.636.623 votos, o General Lott, que teve 3.846.825 votos), e renunciou em agosto do mesmo ano. A explicação mais provável para a curta duração do mandato é a de que a renúncia de Jânio Quadros teria sido uma estratégia para obter poderes especiais do Congresso²³. Porém, se esse tiver sido o plano de Quadros, ele falhou completamente, pois sua renúncia foi aceita prontamente pelo Congresso.

Maria Benevides afirma que Jânio esperava voltar ao governo nos “braços do povo”. Sua confiança na “democracia das emoções” o levou a crer que o temor dos militares acerca da posse de Jango o levaria de volta à presidência. Sua confiança também parecia dizer respeito à esquerda, que ele acreditava temer a instalação de uma junta militar no governo. Segundo a autora, o otimismo de Quadros era tanto que ele contava com um “queremismo”, um “queremos Jânio”, o que respaldaria sua volta à presidência com poderes discricionários.

Após sua renúncia, uma crise política se instalou, pois os ministros militares não queriam aceitar a posse do vice-presidente João Goulart, naquele momento em visita à China comunista. A disputa que dividia os políticos e militares desde o governo de Getúlio Vargas se veria renovada. O país se encontrava à beira de uma guerra civil. O sistema parlamentarista foi a solução adotada pelo Congresso. Dessa forma, a sucessão se manteve legal e, ao mesmo tempo, o presidente “perdeu” grande parte de seus poderes. Um plebiscito para decidir acerca do sistema de governo foi marcado para janeiro de 1964. Porém, Jango conseguiu adiantá-lo para 1963. O presidencialismo venceu por grande maioria de votos e João Goulart assumiu os poderes de um presidente. Após o plebiscito, a luta

²¹ BENEVIDES, Maria Victoria de M. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.39.

²² *Ibidem*, p.9.

²³ Ver: IGLÉSIAS, F. *Trajatória política do Brasil 1500-1964*. São Paulo: Cia das Letras, 1993; FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

política se radicalizou e os conflitos se viram reduzidos à oposição da direita e da esquerda. Organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram criadas, nesse período, pela oposição.

A análise das representações de Jango, bem como de seus auxiliares e aliados nos ajuda a compreender o contexto do Golpe de 1964. Nas representações caricaturais acerca de João Goulart, percebemos que muitas vezes ele foi representado, durante o seu presente histórico, “como um presidente tolerante com a esquerda e propenso a atitudes golpistas”²⁴. Concordamos com o historiador Rodrigo Patto Sá Motta quando afirma que “na crise dos anos 1960, o modo como os atores políticos imaginavam os acontecimentos provocou enorme impacto”²⁵.

João Goulart foi visto por muito tempo como uma pessoa tímida, insegura “e instável, de personalidade avessa a sustentar posições firmes”²⁶. Goulart é retratado como um indivíduo retraído e tímido, características que eram associadas à amabilidade; alguém que dificilmente encarava seu interlocutor nos olhos. A personalidade tímida e modesta “combinava-se com malícia política e talento para negociação”²⁷.

Motta aponta esse paradoxo das representações acerca de João Goulart e diz que “ora Jango era retratado como ingênuo e trapalhão, um político incapaz de conduzir o país em meio a crise tão grave, fazendo papel de tolo e juguete nas mãos de forças superiores, ora o criticavam por ser malicioso e ardiloso”²⁸. Goulart era visto como um demagogo, autoritário e protetor dos comunistas. Para a esquerda, Jango era “um político sensível aos anseios populares”²⁹, e seu apoio às teses nacionalistas também atraíam a simpatia desse grupo social. Porém, a esquerda também criticava João Goulart, em relação a sua indecisão quanto ao engajamento político, e posicionamentos ambíguos diante de situações. Um ponto de convergência nas representações acerca de Jango, entre esquerda e direita, era que ele era visto por ambos os lados “como homem de posições políticas pouco sólidas e claras”³⁰. É interessante observar que nos livros didáticos de história com os quais trabalhamos, conforme será destacado no próximo item, apenas uma face da personalidade de Jango é retratada: a da timidez, que se desdobra em algum momento em incapacidade política.

²⁴ MOTTA, R. Patto Sá. Jango e o Golpe de 1964 na caricatura. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.26.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ *Ibidem*, p.70.

²⁷ *Ibidem*, p.44.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ibidem*, p.45.

³⁰ *Ibidem*, p.70.

A mobilização política na década de 1960 girava em torno das “reformas de base” – estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional –, e de algumas reformas políticas como o voto para analfabetos e a legalização do Partido Comunista. Em setembro de 1963, a questão da hierarquia militar adquiriu contornos negativos. Sargentos da Marinha e da Aeronáutica se rebelaram em Brasília e prenderam o presidente da Câmara dos Deputados e um Ministro da Suprema Corte. Eles alegavam que a sua revolta era em razão da divisão do Supremo Tribunal que contrariava o direito que tinham de concorrer a postos eletivos. A revolta se tornou mais grave quando o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) passaram a apoiá-los. Porém, a insatisfação dos sargentos também se encontrava entre os conspiradores da direita e os setores radicais da esquerda. João Goulart cedeu à pressão da esquerda e promoveu comícios populares, que serviram como meio de pressionar o Congresso para aprovar as “reformas de base”. No primeiro comício, que aconteceu no dia 13 de março (sexta-feira) de 1963, no Rio de Janeiro, o presidente assinou dois decretos: o primeiro nacionalizava uma refinaria de petróleo; o segundo desapropriava terras que se encontravam às margens de ferrovias e rodovias federais e de barragens de irrigação.

No dia 19 de março, um comício realizado em protesto ao comício que havia acontecido no Rio de Janeiro, ocorreu em São Paulo. Esse comício, que tinha como lema “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, foi promovido por organizações religiosas e teve como inspiração um padre norte-americano, sendo financiado por homens de negócio paulistas. No momento do Golpe Militar, os grupos de direita e os grupos de esquerda estavam abandonando a prática da democracia representativa, ao preparem um golpe nas instituições.

Desde 1945, liberais e conservadores buscavam na política nacional de Getúlio Vargas a sua herança. A esquerda também não possuía raízes democráticas. Para ambos os lados, a democracia era apenas um “meio”, que podia ser descartado a qualquer momento. Segundo Caio Navarro Toledo, o que levou as classes dominantes e alguns setores das classes médias – que estavam sendo “apoiadas e estimuladas por agências governamentais” estadunidenses e empresas multinacionais – a condenarem o governo foi a “crescente radicalização política do movimento popular e dos trabalhadores”, que estava “pressionando o Executivo a romper os limites do pacto populista”³¹.

³¹ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964. *Visões críticas do Golpe: Democracia e Reforma no Populismo*. Campinas: UNICAMP, 1997, p.44. Para as diversas interpretações do Golpe de 1964, ver FICO, Carlos. *Além do golpe.: versões e controérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Jânio Quadros e João Goulart: a caricatura permanece

Tendo em vista os contextos acima aludidos³², a forma como as figuras de Jânio Quadros e João Goulart são retratadas nas interpretações realizadas acerca do Golpe de 1964 são passíveis de discussões interessantes e problematizadoras. Ao pensarmos na figura de Jânio Quadros, percebemos que as representações acerca dela sofrem poucas modificações nos textos de todos os livros didáticos que analisamos.

No texto referente ao período em questão, no livro *História Geral da Civilização Brasileira* de 1976³³, destinado ao ensino médio, encontramos Jânio Quadros sendo retratado como um homem descompromissado em relação às legendas partidárias, dotado de um estilo populista, contrário à corrupção administrativa e imprevisível. Seus planos de governo são considerados avançados; porém, que planos eram esses também não é dito pelo livro. A renúncia de Jânio Quadros é tratada como algo surpreendente. Segundo os autores desse livro, parece ter sido ação do presidente que estaria tentando impactar os meios políticos e militares, na tentativa de obter uma maior soma de poderes.

O livro didático *História da sociedade brasileira*, de 1985³⁴, descreve Jânio Quadros como um indivíduo dotado de um estilo personalista e autoritário. A renúncia de Jânio teria sido um exemplo de seu personalismo. Por sua vez, o livro *História moderna e contemporânea*, de 1977, destinado ao ensino médio, afirma que Jânio Quadros representava “a moralização econômica administrativa”. Porém, alguns de seus atos contradiziam a imagem que tentava mostrar para a sociedade. Entretanto, o livro não se preocupa em explicar que atos eram esses³⁵.

O livro *História do Brasil*, de 1983³⁶, destinado ao ensino médio, afirma que “na manhã de 25 de agosto de 1961, em carta ao Congresso Nacional, Jânio Quadros renunciava ao seu mandato. O gesto do presidente permanece sem explicações definitivas, mas ao que parece, tratou-se de uma tentativa de golpe”.

³² Sobre o conceito de contexto no plural, ver REVEL, Jacques (org.) *Jogos de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

³³ GOMES; MOURA; GONZALEZ. *História geral da civilização brasileira*. Ensino Médio e Concursos vestibulares. 6 ed. Revista e Aumentada. Belo Horizonte: Lê, 1976.

³⁴ ALENCAR; RAMALHO; RIBEIRO. *História da sociedade brasileira*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985. O livro não diz a que série se destina.

³⁵ ARRUDA, J.J. de A. *História: moderna e contemporânea*, 7 ed, Revista. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 1977, p.420-421. Segundo o livro, Jânio Quadros “encaminhou-se no sentido de uma revisão da nossa política exterior, procurando fugir do alinhamento tradicional com o Bloco Ocidental – adotou a política independente – advogando o ingresso da China Comunista na ONU, recusou-se a apoiar a política de isolamento de Cuba, e finalmente condecorou o Ministro da indústria e Comércio de Cuba, Ernesto Che Guevara”.

³⁶ CAMPOS. *História do Brasil*. Ensino Médio. São Paulo: atual, 1983, p.224.

A obra *História do Brasil; O império, a república e o Brasil contemporâneo* de 1985³⁷, destinado ao ensino médio, afirma que, apesar do presidente Jânio Quadros ter tido uma carreira rápida e brilhante, ele não cuidou de obter o apoio parlamentar, que era indispensável para a execução de um plano de governo. Ao optar por legislar o país só por decretos, acabou provocando um conflito inevitável com o Poder Legislativo. Dessa forma, perante as pressões internas e as dificuldades crescentes de governar o país sozinho, o Presidente preferiu renunciar. O livro *História: memória viva*, de 1994³⁸, afirma que “a renúncia foi uma manobra política fracassada de Jânio Quadros, uma trama para reforçar seu próprio poder. O golpe fundava-se no temor de setores da sociedade e de parte da opinião pública diante de um governo dirigido por Jânio Quadros”.

É notável a construção de uma representação acerca da personalidade de Jânio Quadros nos livros didáticos de história desde a década de 1970, quase inalterada nas narrativas didáticas contemporâneas. Em todos os livros analisados, Quadros é retratado como um homem carismático; porém, imprevisível. Suas ações são supostamente “conseqüências” de seu personalismo exacerbado. Ressalta-se, ainda: tão comum quanto esse tipo de assertiva nos livros, é a ausência de sua problematização.

No que se refere à figura do Presidente Jango, ela é apontada nos livros didáticos, como nas representações do pré-golpe já citadas, como um governante que não possuía a confiança e o apoio de alguns setores da classe média e alta devido à sua política de esquerda. O fato de ele ter sido ministro do trabalho de Getúlio Vargas levantaria suspeitas quanto às atitudes tomadas por ele durante seu governo.

O livro didático *História do Brasil*, de 1985, destinado ao ensino fundamental, diz que “a renúncia de Jânio Quadros criou uma nova crise política. Foram formadas duas correntes antagônicas: uma que defendia a sucessão legal, dando posse a João Goulart; a outra (...) que não queriam Jango (João Goulart), porque viam nele ‘um esquerdista’³⁹”.

O livro *História: assim caminha a humanidade*, de 1999⁴⁰, também destinado ao ensino fundamental, afirma que “o passado populista de João Goulart alarmava os militares e os grupos conservadores, que viam nele um homem ligado às esquerdas, apesar de ser grande latifundiário no sul do país. Sua posse

³⁷ ARAÚJO, A. T. *História do Brasil: independência e luta democrática*. Ensino Fundamental. São Paulo: editora do Brasil, 1985, p.93.

³⁸ VICENTINO, C. *História: memória viva*. Brasil: período imperial e republicano. São Paulo: Scipione, 1994, p.118. O livro não diz a que série se destina.

³⁹ ARAÚJO, *op. cit.* p.103.

⁴⁰ RIBEIRO; TRINDADE; MARTINS. *História: assim caminha a humanidade*. 8 série. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 1993, p.144.

representava, para os conservadores, um retorno ao populismo varguista”. Jango é visto, então, como uma ameaça aos interesses da elite orgânica; portanto a tentativa de impedir sua posse e de sabotar seu governo poderia ser explicada por sua política populista esquerdista.

É interessante observar que, nos livros didáticos analisados, termos como “populista”, “esquerdista” e “comunista” não são explicados. Aparentemente, os livros pressupõem que o leitor já conhece o significado desses conceitos, precisamente no contexto ao qual eles se referem em um dado texto.

No decorrer de nossas análises acerca das figuras de Jânio Quadros e João Goulart nos livros didáticos, percebemos que a forma como eles são representados não sofreu praticamente nenhuma mutação nas narrativas nas obras didáticas de década de 1970 até hoje. Em todos os livros didáticos observados, Jânio Quadros é visto como um político inteligente, dotado de carisma, mas, ao mesmo tempo, imprevisível e particularista. Em contrapartida, João Goulart é tido como um homem sem capacidade para governar o Brasil e dono de idéias comunistas mirabolantes, e essa para nós é uma das principais diferenças, pois, enquanto Quadros é retratado como um político, Jango é descrito como sendo “apenas” um homem, que parece não compreender a política.

À guisa de considerações finais: seriam Jânio Quadros e João Goulart os dois “culpados” pelo Golpe de 1964?

Segundo Circe Bittencourt⁴¹, a concepção de história é o critério central na seleção de conteúdos realizada, tanto para o professor de história como para o livro didático. O conhecimento histórico produzido se torna legível nos referenciais teóricos utilizados em seu processo de construção.

Diversas críticas caminham junto com esse tipo de produção historiográfica. Algumas coleções didáticas buscam produzir “uma história ficcional criada para despertar em jovens alunos o interesse pelo passado, construindo enredos com personagens principais e coadjuvantes, de maneira semelhante ao que é realizado nas tramas de novelas de televisão”⁴². Nessas narrativas os personagens – sujeitos históricos – são apresentados como bons e maus, heróis e vilões. Essa pretensa reconstituição do passado não permite refletir acerca dos acontecimentos, nem mesmo interpretá-los.

A história maniqueísta e emotiva é a mais comum de ser encontrada em livros didáticos, pois é dotada de uma linguagem que facilita o processo de memorização. O livro didático de história é um dos responsáveis pela

⁴¹ BITTENCOURT, C. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

⁴² *Ibidem*, p.144.

sedimentação de uma memória histórica, podendo servir “como veículo de reprodução de uma historiografia responsável pela produção dessa mesma memória”⁴³. Esse tipo de interpretação rodeia fatos consagrados como o Golpe Militar. Vale ressaltar, nesse sentido, que fatos consagrados permanecem nas obras didáticas, porém eles têm sido acompanhados, muitas vezes, de interpretações baseadas em bibliografia atualizada.

Percebemos em nossa análise que explicitações não-problematizadas acerca de Jânio Quadros, João Goulart e do Golpe de 1964, sugerem aos leitores desses livros que o Golpe Militar teve como “origem” o caráter fraco e de idéias esquerdistas de Jango e a imprevisível e particularista personalidade de Jânio Quadros que, apesar de carismático, não era confiável. Essa constatação nos leva a retomar nossa reflexão sobre a relação entre acontecimento e indivíduo.

Segundo Michel Foucault

o problema é ao mesmo tempo distinguir os acontecimentos, diferenciar as redes e os níveis a que pertencem e reconstituir os fios que os ligam e os fazem com que se engendrem, uns a partir dos outros. Daí a recusa das análises que se referem ao campo simbólico ou ao campo das estruturas significantes, e o recurso às análises que se fazem em termos de genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos, e táticas. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não lingüística. A história não tem sentido, o que não significa que ela seja absurda ou incoerente. Ao contrário, ela é inteligível e pode ser analisada em seus menores detalhes, mas segundo a inteligibilidade das lutas, das estratégias, e das táticas⁴⁴.

Na mesma direção, François Dosse afirma que, atualmente, não está ocorrendo um retorno puro e simples ao sujeito ou a uma certa forma de humanismo pré-crítico, e sim de um reequilíbrio, uma mudança de escala que permite interrogar “no nível do indivíduo sobre quem se fundamente ‘o seu conjunto’, o vínculo social”⁴⁵. Esse reequilíbrio passaria pela reavaliação acerca dos vínculos sensíveis e indivisíveis que sustentam a humanidade do homem. “A interação põe em relação não indivíduos em sua singularidade, mas em sua representação de um papel”⁴⁶. Um novo paradigma, onde a historicidade substitui a estrutura surgiria em torno dos anos 1980. Não é um simples retorno do sujeito, ele não era visto como outrora já foi visto, como dotado de uma plenitude e soberania

⁴³ *Ibidem*, p.304.

⁴⁴ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p.5.

⁴⁵ DOSSE, *op cit.* p.16.

⁴⁶ *Ibidem*, p.99.

postulada. A pesquisa se desloca para o estudo da consciência problematizada. A micro-história devolve o direito à cidadania, à singularidade, redinamizando e renovando o gênero biográfico.

Desse modo, o trabalho da memória e o exercício da lembrança propiciam oportunidades fundamentais “para a criação da história”⁴⁷. O representar parece possuir um duplo sentido, o de substituição e o de afirmação de uma presença, de um poder. Representar um ato social, implica a produção de “figuras e imagens a partir do mundo de fatos dados à experiência”.⁴⁸ Porém essa experiência só se realiza através da “mobilização de um arsenal de significações implicadas no ato de produzir estas figuras indispensáveis para nos relacionarmos com o mundo”⁴⁹. O trabalho da memória constrói para o acontecimento uma aura de sacralidade, tornando-os objeto de devoção, e a história raciocina e critica de forma sistemática os objetos encontrados nesses lugares do sagrado.

Como problematizar a memória de 1964 para além da dimensão individual? Como pensar os atores envolvidos na crise de 1961-1964 para além da “caricatura social”? Ao que parece, é necessário pensar o processo histórico como uma construção que obedece a determinadas lógicas de poder e saber. Nesses termos, caberia ao professor de história efetuar uma leitura crítica dos livros didáticos, a fim de contribuir para uma reflexão em curso sobre os novos rumos da ação política. Pensamos que reiterar a imagem de “loucos e fracos” contribui de algum modo para certo desencanto com a política que caracteriza o mundo contemporâneo e retira dos atores a dimensão criativa da ação política, missão cívica essencial do ensino de história. Re-significar essas imagens individuais e ir além delas é, a nosso ver, uma forma de romper com a lógica, ainda presente nos livros didáticos, de “história, mestra da vida”⁵⁰.

Nas representações analisadas, percebemos que a dimensão exemplar da ação individual se dá às avessas: pela fraqueza, pela loucura, pelo erro, pelo que “não foi o que deveria ter sido”. A história doadora de sentido e de exemplos continua presente no saber histórico escolar! Se não é possível romper com essa concepção nas obras em si mesmas, todas elas, produtos culturais disponíveis para o leitor, pensamos ser possível ao professor, no dia-a-dia, problematizar as concepções de sujeitos históricos que perpassam os impressos

⁴⁷ GUIMARÃES, M. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, J. N.; BENCHETRIT, S.; TOSTES, V. L. (org.) *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p.77.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 78.

⁴⁹ *Ibidem*, p.78. Repetir. KOSELLECK, *op cit*.

⁵⁰ Sobre a permanência desse tipo de concepção de história ver, dentre outros, BLOCH, M. *Apologia da História*, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, HARTOG. *Régimes d'Historicité*: présentisme et expériences du temps. Paris: Seuil, 2003 e KOSELLECK, *op cit*.

didáticos, a fim de contribuir para a formação de homens e mulheres mais humanos, complexos, plurais e, sobretudo, capazes de construir e/ou participarem de acontecimentos históricos mais nobres do que o Golpe de 1964.

Referências:

Fontes:

ALENCAR, Francisco; RAMALHO, Lúcia Carpi; RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. *História da sociedade brasileira*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Ao Livro Técnico, 1985.

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *História*. Ensino Fundamental. vol.4. 2.ed. Belo Horizonte: Vigília, 1990.

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *História*. Ensino Fundamental. vol.4. Nova edição ampliada. Belo Horizonte: Vigília, 1991.

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *História: os rumos da humanidade*. 8ª série. Belo Horizonte: Vigília, 1994.

ALVES, Kátia Corrêa Peixoto; BELISÁRIO, Regina Célia de Moura Gomide. *Nas trilhas da História*. Ensino Fundamental. vol.4. Belo Horizonte: Dimensão, 1999.

ARAÚJO, Antoracy Tortorelo. *História do Brasil: independência e luta democrática*. Ensino Fundamental. São Paulo: Editora do Brasil, 1985.

ARRUDA, José Jobson de A. *História: moderna e contemporânea*. 7.ed. revista. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 1977.

BANDECCHI, Basil. *Historia do Brasil*. 2.ed. rev. Ciclo ginásial. São Paulo: Editora Didática Irradiante, s/d.

BERUTTI, Flávio. *História: tempo e espaço*. 8ª série. Belo Horizonte: Editora Formato, 2002.

CAMPOS, Raymundo. *História do Brasil*. Ensino Médio. São Paulo: Atual, 1983.

CAMPOS, Raymundo. *História do Brasil*. Ensino Fundamental. vol.2. São Paulo: Atual, 1991.

CARMO, Sonia Irene Silva do; COUTO, Eliane Frossard Bittencourt. *História, passado presente: a expansão imperialista e o Brasil República*. História Integrada. Ensino Fundamental. vol.4. São Paulo: Atual Editora, 1997.

COSTA, Luís César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. *História do Brasil*. Ensino Médio. 2.ed. São Paulo: Scipione, 1991.

COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. Ensino Médio. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

COTRIM, Gilberto. *História e reflexão*. Ensino Fundamental. vol.4. São Paulo: Saraiva, 1996.

COTRIM, Gilberto. *História global: Brasil e Geral*. Ensino Médio. Vol. único. São Paulo: Saraiva, 1997.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. Ensino Médio. Vol. único. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. Ensino Médio. Vol. único. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

COTRIM, Gilberto. *Saber e fazer História: História Geral e do Brasil*. 8ª série. São Paulo: Saraiva, 2000.

COTRIM, Gilberto. *História: Brasil e Geral*. Ensino Médio. Vol. único. São Paulo: Saraiva, 2002.

COTRIM, Gilberto. *Saber e fazer História: História Geral e do Brasil*. Mundo contemporâneo e Brasil República. 8ª série. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

DUARTE, Gleuso Damasceno. *Jornada para o nosso tempo*. vol.4. 8ª série. Edição Atualizada. Belo Horizonte: Lê, 1997.

GOMES, Paulo Miranda; MOURA, Nelson de; GONZALEZ, Alaíde Inah. *História geral da civilização brasileira*. Ensino Médio e Concursos vestibulares. 6.ed. Revista e Aumentada. Belo Horizonte: Lê, 1976.

GIOVANNI, Cristina Visconti; JUNQUEIRA, Zilda Almeida; TUONO, Silvia Guena. *História: compreender para aprender*. 8ª série. São Paulo: FTD, 1998.

LUCCI, Elian Alabi. *História do Brasil: o império, a república e o Brasil contemporâneo*. Ensino Médio. vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1985.

MARANHÃO, Ricardo; ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e civilização: uma história global. O mundo contemporâneo (do século XIX aos Dias Atuais)*. Ensino Fundamental. vol.4. São Paulo: Editora Moderna, 1999.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERRUTI, Flávio Costa. *História*. Ensino Fundamental. vol.2. Belo Horizonte: Lê, 1989.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERRUTI, Flávio Costa. *História*. Ensino Médio. vol.3. Belo Horizonte: Lê, 1989.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERRUTI, Flávio Costa. *História: os Caminhos do homem*. Ensino Fundamental. vol.4. Belo Horizonte: Lê, 1991.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERRUTI, Flávio Costa. *História*. Ensino Médio. vol.3. Edição Atualizada. Belo Horizonte: Lê, 1993.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERRUTI, Flávio Costa. *História*. Ensino Médio. vol.2. Belo Horizonte: Lê, 1995.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERRUTI, Flávio Costa. *Brasil: história em construção*. Ensino Fundamental. vol.4. Belo Horizonte: Lê, 1996.

MARQUES, Adhemar Martins; FARIA, Ricardo de Moura; BERRUTI, Flávio Costa. *História*. Ensino Médio. vol.3. Edição Atualizada. Belo Horizonte: Lê, 1997.

MARTINS, José Roberto Ferreira. *História*. 8ª série. São Paulo: FTD, 1990.

MONTELLATO, Andrea; CABRINI, Conceição; CATELLI JUNIOR, Roberto. *História temática: o mundo dos cidadãos*. 8ª série. São Paulo: Scipione, 2000.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *História Geral e Brasil*. Ensino Médio. volume único. 1º edição. São Paulo: Atual, 2003.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. *História das Cavernas ao Terceiro Milênio*. 1º edição. Ensino Médio. São Paulo: Moderna, 1997.

ORDOÑEZ, Marlene; QUEVEDO, Júlio. *História*. Ensino Médio. São Paulo: Instituto brasileiro de Edições Pedagógicas, s/d.

PEDRO, Antônio. *História do Brasil*. Ensino Médio. São Paulo: FTD, 1987.

PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. Ensino Médio e vestibulares. São Paulo: Ática, 1982.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História e Vida*. Ensino Fundamental. São Paulo: Ática, 1991. Ensino Fundamental.

PILETTI, Nelson. *História do Brasil: Da Pré-História do Brasil aos Dias Atuais*. 13º edição. São Paulo: Ática, 1991.

PILETTI, Nelson. *História do Brasil: Da Pré-História do Brasil aos Dias Atuais*. 15º edição. São Paulo: Ática, 1993.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de A.. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. 3º edição. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 1995.

PILETTI, Nelson. *História do Brasil: Da Pré-História do Brasil aos Dias Atuais*. Ensino Médio. 18º edição. São Paulo: Ática, 1996.

PILETTI, Nelson; ARRUDA, José Jobson de A.. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. 7º edição. Ensino Médio. São Paulo: Ática, 1997.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História e Vida*. 8º série. 3º edição. São Paulo: Ática, 2000.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. *História e Vida Integrada*. 8º série. São Paulo: Ática, 2002.

RAMOS, Luciano. *História do Brasil*. Ensino Fundamental. São Paulo: Editora do Brasil, 1977. 2º vol.

RIBEIRO, Vanise; VALADARES, Virgínia Trindade; MARTINS, Sebastião. *História: Assim Caminha a Humanidade*. 8º série. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 1993.

RIBEIRO, Vanise; ANASTASIA, Carla. *Brasil: Encontros com a História*. Ensino Fundamental. São Paulo: Editora do Brasil, 1996. vol. 4.

RIBEIRO, Vanise; ANASTASIA, Carla. *Brasil: Encontros com a História*. Ensino Fundamental. São Paulo: Editora do Brasil, 1999, vol. 4.

RIBEIRO, Vanise; TRINDADE, Virginia; MARTINS, Sebastião. *História: assim caminha a humanidade*. São Paulo: Editora do Brasil, 1999. vol.4.

RODRIGUES, Joelza Ester. *História em Documento: Imagens e Texto*. 8º série. São Paulo: FTD, 2000.

SANTOS, Maria Januária Vilela. *História do Brasil*. 6º série. 7º edição. São Paulo: Ática, 1979.

SCHMIDT, Mário Furley. *Nova História Crítica*. 8º série. São Paulo: Editora Nova Geração, 1999.

VALUCE, Ládmo. *História do Brasil*. Ensino Fundamental. São Paulo: Editora do Brasil, 1973.

VICENTINO, Cláudio. *História: memória viva*. Brasil: período imperial e republicano. São Paulo: Scipione, 1994.

VICENTINO, Cláudio. *História Integrada: Brasil e Geral*. O século XX. 8º série. São Paulo: Scipione, 1995.

VICENTINO, Cláudio. *História*. 8º série. São Paulo: Scipione, 2005.

Livros, capítulos, artigos

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia*. Brasília, 1998. vol.5.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Jânio Quadros*. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção tudo é história, volume 30).

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São

Paulo: Contexto, 1998, p.159-183.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M e Amado, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo social*. Revista de Sociologia USP, São Paulo, v.1-2, n.7, 1995.

DELEUSE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

DOSSE, François. *Le Pari biographique: écrire une vie*. Paris: La Découverte, 2005.

DOSSE, François. *Império dos sentidos: a humanização das Ciências Humanas*. São Paulo: EDUSC, 2003.

DREIFUSS. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud e Marx. Theatrum Philosophicum*. 2.ed. São Paulo: Landy, 2005.

GUIMARÃES, Manuel L. L. S. Memória, história e historiografia. In: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sara Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (Orgs.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003, p.75-96.

HARTOG, François. *Régimes d'Historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil, 2003.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Jango e o Golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SAHLINS, M. *Ilhas da história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias - historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v.10, n.19, p.3-21. 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964. Visões críticas do Golpe: Democracia e Reforma no Populismo*. Campinas: Unicamp, 1997.